



Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Secretaria da Administração

CONTRATO Nº 0336/2023

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO NOTURNA (SELF-SERVICE E MARMITEX) NA VÉSPERA DO NATAL E DO ANO NOVO PARA PLANTONISTAS DAS UNIDADES DE SAÚDE SUBORDINADAS A SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE) QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO E CVA INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS LTDA.

Pelo presente instrumento, de um lado, **Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto**, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade de Ribeirão Preto, na Rua Américo Brasiliense, 426, inscrita no CNPJ/MF sob nº 56.024.581/0001-56, doravante denominada *Contratante*, de acordo com a determinação do **Decreto nº 262, de 14 de setembro de 2017**, neste ato, representada pela Secretária Municipal da Saúde, **Jane Aparecida Cristina**, portadora do RG nº 12.741.350-9 e CPF nº 777.412.776-34, e de outro, **CVA Instituto de Educação e Serviços Gerais LTDA.** com sede em Gama, no Distrito Federal, na Quadra 43, Lote 85, Loja 01, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 24.046.457/0001-03, doravante denominada *Contratada*, neste ato, representada por **Carolina Ameno Teixeira de Macedo**, portadora do RG nº. 1.976.452 PC-DF e CPF nº. 723.691.751-68, como **Pregão Eletrônico nº. 567/2023**, autuado no **Processo Digital nº 150266/2023 e de Compras nº. 1040/2023**, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, têm entre si justo e contratado o que consta relatado nas cláusulas e condições abaixo:

1. Do objeto

Pelo presente instrumento, a CONTRATADA se obriga a executar para a CONTRATANTE **serviços de fornecimento de refeição noturna (self-service e marmitex) na véspera do Natal e do Ano Novo para plantonistas das Unidades de Saúde subordinadas a Secretaria Municipal da Saúde**, conforme constam na Requisição de Serviços nº 886 e 887/2023, Edital, seus Anexos, e demais documentos que integram o **Processo Digital nº 150266/2023 e Processo de Compras nº 1040/2023**, bem como, a proposta da CONTRATADA e as condições do respectivo certame licitatório.

2. Do preço

Para a execução do objeto ora contratado e descrito na cláusula anterior, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, a importância total de **R\$ 13.018,70 (Treze mil e dezoito reais e setenta centavos)**, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO ITEM
1	REFEIÇÃO – tipo: Buffet; Serviço de self-service. Conforme Anexo II – Termo de Referência. REFEIÇÃO NOTURNA VÉSPERA DE NATAL.	R\$ 98,12	R\$ 5.200,36
2	REFEIÇÃO; Tipo: Individual; marmitex. Conforme Anexo II – Termo de Referência. REFEIÇÃO NOTURNA VÉSPERA DE NATAL.	R\$ 61,00	R\$ 1.159,00
3	REFEIÇÃO – tipo: Buffet; Serviço de self-service. Conforme Anexo II – Termo de Referência. REFEIÇÃO NOTURNA VÉSPERA DE ANO NOVO.	R\$ 103,78	R\$ 5.500,34
4	REFEIÇÃO; Tipo: Individual; marmitex. Conforme Anexo II – Termo de Referência. REFEIÇÃO NOTURNA VÉSPERA DE ANO NOVO.	R\$ 61,00	R\$ 1.159,00



Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Secretaria da Administração

2.1. As cláusulas econômico-financeiras e monetárias do contrato não poderão ser alteradas, sem prévia concordância da CONTRATANTE.

2.2. As cláusulas econômico-financeiras do contrato poderão ser revistas, para que se mantenha o equilíbrio contratual.

3. Das condições de pagamento

3.1. O pagamento do preço pactuado será efetuado em parcela única, de acordo com o fornecimento efetivamente finalizado.

3.2. Para a Nota Fiscal Eletrônica de Serviço **deverá ser observado Decreto Municipal nº 176 de 31 de julho de 2020.**

3.3. Conforme Lei Municipal nº 14.303 de 21 de março de 2019, ficam obrigados a enviar em formato XML e PDF a Nota Fiscal, com todas as informações, incluindo a chave de identificação da Nota Fiscal Eletrônica, para o endereço de e-mail: centralnf.saude@rp.ribeiraopreto.sp.gov.br, como condição para aprovação da respectiva Nota Fiscal.

3.4. O Órgão Requisitante terá prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da apresentação da Nota Fiscal para aprová-la ou rejeitá-la.

3.5. A Nota Fiscal não aprovada pelo Órgão Requisitante será devolvida para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição.

3.6. A devolução da Nota Fiscal não aprovada pelo Órgão Requisitante em hipótese alguma servirá de pretexto para que seja suspenso o fornecimento.

3.7. O pagamento será efetuado pela Secretaria Municipal de Fazenda, através de depósito bancário, no prazo de **30 (trinta) dias** após a comprovação da entrega dos produtos, nas condições exigidas, bem como, após a apresentação dos respectivos documentos fiscais, devidamente aprovados pelo órgão Requisitante. O prazo aqui estabelecido será contado a partir da data de aprovação dos documentos fiscais pelo Órgão Requisitante. Para facilitar o recebimento, recomenda-se a menção do número da conta corrente e da agência em que o licitante seja correntista.

3.8. O pagamento do preço pactuado dar-se-á exclusivamente mediante depósito Bancário na conta Corrente indicada pelo licitante vencedor, sendo vedado à emissão de título de crédito para fins de cobrança do Município do Preço Pactuado.

3.9. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo para pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

3.10. No caso de atraso nos pagamentos sobre o valor devido à Contratada, incidirá correção monetária com base no indicador econômico IPC – FIPE, correspondente ao período decorrido entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.

4. Dos prazos

O Prazo de vigência do contrato será de **15 (quinze) dias**, a contar da data determinada na primeira Ordem de Fornecimento, sendo emitida somente após a publicação do extrato do termo de contrato, podendo ser prorrogado nos termos dos parágrafos 1º e 2º do art. 57 da Lei 8666/93.

5. Da fiscalização

Fica expressamente consignado, que a fiscalização da execução do objeto do presente contrato estará a cargo e exclusivo critério da **Secretaria Municipal da Saúde**, com o poder de receber ou rejeitar os serviços realizados.

5.1. Essa fiscalização, em nenhuma hipótese, eximirá a CONTRATADA das responsabilidades contratuais e legais, bem como, sobre danos materiais ou pessoais que forem causados a terceiros, seja por atos ou omissões da firma, de seus funcionários ou preposto.

5.2. Fica determinado pela CONTRATANTE, a sra. Ideltania Massaroli Gui, portadora do CPF nº 071.466.628-96, para que se cumpra o Decreto nº. 18, de 01 de janeiro de 2017, e o Decreto nº 262, de 14 de setembro de 2017.



Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Secretaria da Administração

6. Das sanções

6.1. A recusa injustificada em aceitar o pedido de compras e/ou instrumento equivalente, no prazo estipulado pela Administração, ou cuja justificativa não seja aceita pela Administração, sujeitará o licitante vencedor à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta, sem prejuízo da aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e artigo 56 do Decreto Municipal nº 80 de 30/03/20.

6.2. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração, garantindo a prévia defesa e sem prejuízo das penalidades previstas no Artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e artigo 56 do Decreto Municipal nº 80 de 30/03/20, poderá, ainda, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa moratória de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida, por dia corrido de atraso ou descumprimento da obrigação ou do prazo, limitada ao total de 10% (dez por cento), nos termos do caput do art. 86 da Lei nº 8.666/93.
- c) Em caso de inexecução parcial, multa de 10% (dez por cento), que será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- d) Em caso de inexecução total do objeto, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na legislação vigente;
- e) Suspensão do direito de licitar e contratar com o órgão ou entidade CONTRATANTE, por até dois anos, com base no artigo 87, Inciso III, da Lei nº 8.666/93;
- f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município de Ribeirão Preto, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior, com base no artigo 87, Inciso IV, da Lei nº 8.666/93.

7. Das condições de habilitação e qualificação

Nos termos do Inciso XIII do artigo 55 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8. Da subcontratação

A CONTRATADA não poderá ceder ou transferir, dar em garantia ou vincular de qualquer forma, total ou parcialmente, o objeto contratado a qualquer pessoa física ou jurídica.

9. Da rescisão

A inexecução total ou parcial do contrato, sem prejuízo da aplicação da sanção prevista na cláusula sexta e das demais consequências previstas em lei, enseja a sua rescisão por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, devendo o ato ser formalmente motivado nos autos do processo, estando assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.1. Considera-se, ainda, como motivo para rescisão do contrato as demais hipóteses previstas no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, ficando esse direito expressamente reconhecido pela CONTRATADA.

10. Do Decreto Anticorrupção

Nos termos do artigo 1º do Decreto nº 235/17, para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.



Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Secretaria da Administração

11. Do suporte financeiro

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do município de Ribeirão Preto para o exercício de 2022 na classificação abaixo:

- Unidade orçamentária: 02.09.00 – Secretaria Municipal da Saúde
 - Unidade executora: 02.09.30 – Departamento de Atenção à Saúde das Pessoas
 - Reserva: 7269 / 7273
 - Ficha (dotação): 411/2023
 - Natureza da despesa: 3.3.90.39 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica
 - Vínculo: 05.302.0004 – Atenção M. A. Compl. Amb. Hosp. – Limite Financeiro
 - Classificação funcional: 10.302.20215.2.0002 – Manutenção Geral
-
- Unidade orçamentária: 02.09.00 – Secretaria Municipal da Saúde
 - Unidade executora: 02.09.30 – Departamento de Atenção à Saúde das Pessoas
 - Reserva: 7270 / 7274
 - Ficha (dotação): 412/2023
 - Natureza da despesa: 3.3.90.39 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica
 - Vínculo: 05.302.0014 – Atenção M. A. Compl. Amb. Hosp. – Samu
 - Classificação funcional: 10.302.20215.2.0002 – Manutenção Geral
-
- Unidade orçamentária: 02.09.00 – Secretaria Municipal da Saúde
 - Unidade executora: 02.09.10 – Departamento Administrativo Financeiro
 - Reserva: 7267 / 7271
 - Ficha (dotação): 261/2023
 - Natureza da despesa: 3.3.90.39 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica
 - Vínculo: 01.300.0071 – FMS-ASPS – LC 141/2012
 - Classificação funcional: 10.122.20213.2.0003 – Serviço de Suporte
-
- Unidade orçamentária: 02.09.00 – Secretaria Municipal da Saúde
 - Unidade executora: 02.09.10 – Departamento Administrativo Financeiro
 - Reserva: 7268
 - Ficha (dotação): 278/2023
 - Natureza da despesa: 3.3.90.39 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica
 - Vínculo: 01.300.0071 – FMS-ASPS – LC 141/2012
 - Classificação funcional: 10.301.20214.2.0002 – Manutenção Geral
-
- Unidade orçamentária: 02.09.00 – Secretaria Municipal da Saúde
 - Unidade executora: 02.09.30 – Departamento de Atenção à Saúde das Pessoas
 - Reserva: 7272
 - Ficha (dotação): 341/2023
 - Natureza da despesa: 3.3.90.39 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica
 - Vínculo: 01.300.0071 – Atenção M. A. Compl. Amb. Hosp. – Samu
 - Classificação funcional: 10.301.20214.2.0002 – Manutenção Geral

11.1. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.



Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Secretaria da Administração

12. Da legislação aplicável

O presente contrato reger-se-á pela Lei Federal nº 10.520 de 17/07/02, supletivamente pela Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93 e suas posteriores alterações, Lei Complementar Nº 123, de 14/12/06, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar Nº 147, de 07/08/14, bem como pela Lei Municipal nº 10.513 de 06/09/05, Decreto Municipal nº 80 de 30/03/20 e Decreto nº 10.024 de 20/09/19.

13. Do foro

As partes elegem o foro da Comarca de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, para dirimir qualquer pendência originada na execução deste contrato, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato em 01 (uma) via na presença de duas testemunhas que a tudo assistiram e abaixo assinam, bem como o Termo de Ciência e Notificação em 01 (uma) via, que passa a fazer parte integrante do presente contrato.

Ribeirão Preto, 11 de dezembro de 2023.

Jane Aparecida Cristina
Secretária Municipal da Saúde

Ideltania Massaroli Gui
Chefe da Divisão de Gerenciamento Administrativo e Apoio
CPF nº 071.466.628-96

Carolina Ameno Teixeira de Macedo
CVA Instituto de Educação e Serviços Gerais LTDA.

Testemunhas:

1. _____
Departamento de Administração Geral

2. _____
Departamento de Administração Geral



Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Secretaria da Administração

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto.

CONTRATADO: CVA Instituto de Educação e Serviços Gerais LTDA.

CONTRATO Nº 0336/2023.

OBJETO: Fornecimento de refeição noturna (self-service e marmitex) na véspera do Natal e do Ano Novo para plantonistas das Unidades de Saúde subordinadas a Secretaria Municipal da Saúde.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela CONTRATANTE e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Ribeirão Preto, 11 de dezembro de 2023.

Autoridade Máxima do Órgão/Entidade

Nome: **Antônio Duarte Nogueira Junior**

Cargo: Prefeito

CPF: 048.048.818-59



Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Secretaria da Administração

Responsáveis pela homologação do certame ou ratificação da dispensa/inexigibilidade de licitação:

Nome: **Jane Aparecida Cristina**

Cargo: Secretária Municipal da Saúde

CPF: 777.412.776-34

Assinatura: _____

Responsáveis que Assinaram o Ajuste:

Pelo contratante:

Nome: **Jane Aparecida Cristina**

Cargo: Secretária Municipal da Saúde

CPF: 777.412.776-34

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: **Carolina Ameno Teixeira de Macedo**

Cargo: Representante Legal

CPF: 723.691.751-68

Assinatura: _____

Ordenador de Despesas da Contratante:

Nome: **Jane Aparecida Cristina**

Cargo: Secretária Municipal da Saúde

CPF: 777.412.776-34

Assinatura: _____

Gestor do Contrato:

Nome: **Jane Aparecida Cristina**

Cargo: Secretária Municipal da Saúde

CPF: 777.412.776-34

Assinatura: _____

Fiscalização do contrato:

Nome: Ideltania Massaroli Gui

Cargo: Chefe da Divisão de Gerenciamento Administrativo e Apoio

CPF: 071.466.628-96

Assinatura: _____

Responsável por Parecer Jurídico:

Nome: **Regis Tadao Noso**

Cargo: Procurador do Município

CPF: 066.214.469-42

Assinatura: _____